

28 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Regra cria bônus para juízes com processos acumulados

Resolução do Conselho da Justiça Federal
terá custo de até R\$ 100 mi/ano

Magistrados que substituem colegas também terão benefício; ministros recusaram-se a falar sobre o assunto

GRACILIANO ROCHA
FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

Juízes federais que acumulam pilhas de processos em seus gabinetes passarão a ganhar um bônus salarial por isso. A estranha correlação foi determinada em recente resolução do Conselho da Justiça Federal (CFJ).

Criada para casos excepcionais, a gratificação por acúmulo de função vai começar a ser distribuída massivamente na Justiça Federal.

Na prática, o novo pagamento deve empurrar os salários de pelo menos mil magistrados de primeira e segunda instâncias ao mesmo patamar dos ganhos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, o teto do funcionalismo.

Além de beneficiar quem acumula processos, a regra também gratifica juízes quando substituem colegas.

Embora tanto o CJF quanto três dos cinco Tribunais Regionais Federais tenham se recusado a informar o custo do novo penduricalho salarial (leia abaixo), a **Folha** apurou que o extra de-

ve custar, por ano, entre R\$ 80 milhões e R\$ 100 milhões — a um Poder que já consome 90% do orçamento com pessoal.

Retroativos a janeiro, os primeiros pagamentos ainda não foram feitos por causa de divergências entre os tribunais e o CJF, que é o órgão de supervisão orçamentária.

O DNA do privilégio é um instrumento idêntico criado pelo Ministério Público Federal. Em setembro do ano passado, um grupo de juízes ensaiou uma espécie de greve branca, recusando-se a julgar processos por não receberem o mesmo adicional.

Em janeiro deste ano, por pressão das associações de classe, foi aprovada uma lei que estabelece a gratificação de até um terço do salário, limitado ao teto do Supremo.

Em tese, a lei deveria beneficiar pontualmente quem acumulasse mais de um juízo ou acervo processual, mas uma resolução do Conselho da Justiça Federal ampliou o escopo da regra.

'BOLSA-PROCESSO'

Para ter direito à gratificação por acúmulo de função, o magistrado não terá que acumular outra função propriamente dita.

Basta ter uma pilha com mais de mil processos novos por ano. Enquanto ela não baixar desse patamar, o extra continua caindo na conta.

É um incentivo para quem ocupa varas tradicionalmente congestionadas da Justiça Federal, como a de execuções fiscais ou as de localidades distantes.

No voto que proferiu ao relatar a resolução, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin chamou esses juizados de "párias judiciais", evitados pelos magistrados devido ao "desumano número de processos".

"É hora, pois, de o CJF dignificar e valorizar com benefícios concretos o esforço extraordinário dos magistrados nos diversos e mais distantes rincões do Brasil, tudo agravado por distribuição que impõe um esforço diário atroz", justificou o ministro.

Para gerar o pagamento em massa, a resolução também cortou pela metade o prazo máximo para substituição.

CONTINUA

COMO GANHAR COMO UM MÍNISTRO DO STF
 Gratificação pode igualar salários de juizes federais aos do Supremo

CONTINUAÇÃO

Ao limitar em 15 dias — e não nos 30 fixados pela lei —, o CJF criou artificialmente espaço para a acomodação universal dos juizes. Onde a lei previa apenas um substituto, passaram a caber dois com a gratificação. Como, no caso dos desembargadores, o limite é de dez dias, cada posto vago passa a poder abrigar até três substitutos por mês.

Para acumular outra jurisdição, o juiz precisa sequer sair do gabinete: a resolução prevê o exercício remoto de outras subseções sempre que a presença “se mostrar, por qualquer motivo, inadequada ou desvantajosa” para a administração.

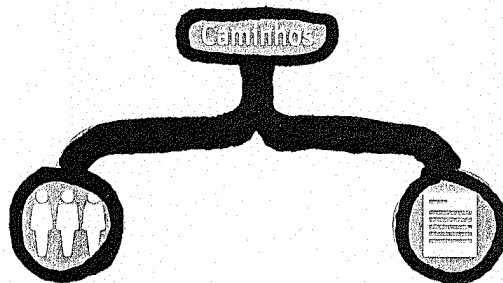
“ É hora, pois, de o CJF dignificar e valorizar com benefícios concretos o esforço extraordinário dos magistrados nos diversos e mais distantes rincões do Brasil

HERMAN BENJAMIN
 ministro do Superior Tribunal de Justiça

CONTINUA



Gratificação por acúmulo de função
 Criada em 2015, estabeleceu remuneração para juizes por trabalhos excepcionais de até 33% do salário. Porém, mudanças feitas pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) abriram caminho para pagamentos em massa



Substituição
 O CJF definiu tempo de substituições em 15 dias por mês — e não nos 30 fixados pela lei —, o que cria espaço para mais pagamentos. Onde a lei previa somente um substituto, passam a caber dois recebendo a gratificação. Para desembargadores, o limite é de dez dias, ou seja, cada vaga pode abrigar até três desembargadores

Pilha de processos
 CJF estabeleceu limite de mil processos novos por juiz por ano. Quem recebe mais do que isso, passa a ter direito ao adicional. Por exemplo, uma vara que recebe 15 mil novos processos por ano, teoricamente, terá de redistribuí-los entre os dois juizes originais e mais 13 magistrados com outras lotações. Todos receberão a gratificação

PARTIDA

Salário
 De R\$ 27.500
 a R\$ 30.471

CHEGADA

Salário +
 gratificação máxima
 De R\$ 36.575
 a R\$ 40.526
 (Salário não pode ultrapassar o teto de R\$ 33.763)



Ganho de um juiz federal
 (são 1.549 em todo o país)



Ganho equivalente a de
 um ministro do STF
 (são 11 no total)

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

28 JUN 2015

Ministros não falam sobre gratificação, e órgão não revela estimativa de custos

O presidente do CJF (Conselho da Justiça Federal), ministro Francisco Falcão, e o relator da resolução que concedeu a gratificação por acúmulo de função, Herman Benjamin, recusaram-se a conceder entrevista.

Em nota, o CJF disse que não forneceria a estimativa de custo e de magistrados que poderiam receber a gratificação — informações que deveriam ser públicas.

“Essas respostas podem ser obtidas diretamente com os Tribunais Regionais Federais, já que o montante será pago por eles. O mesmo vale para o questionamento sobre o quantitativo de juízes”, informou.

O TRF-3 (SP e MS) também não repassou dados: “O CJF, pode lhe passar as informações solicitadas. Não há nenhuma coberta por sigilo”.

O TRF-4 (RS, SC e PR) e o TRF-2 (RJ e ES) foram os únicos a informar dados. No Sul, 329 dos 401 magistrados da região (82%) devem receber a gratificação — despesa bruta de R\$ 15 milhões por ano.

Nove em cada dez juízes federais e desembargadores do Rio e do Espírito Santo vão receber o bônus (271 magistrados), gasto que deve alcançar cerca os R\$ 10 milhões anuais.

Com jurisdição de 12 Estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o TRF-1 disse que ainda não tinha como calcular o número de magistrados e o custo com a gratificação.

O TRF-5 informou somente que “uma boa parte dos magistrados fará jus à gratificação” porque existem cerca de cem vagas em aberto nos Estados de AL, CE, PB, PE, RN e SE.

28 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

O ilegítimo e o ilegal

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA

A Operação Lava a Jato,
na busca de uma punição
antecipada, parece utilizar-se
de recursos que, sozinhos, são
carecedores de legitimidade

Em janeiro de 1898, Émile Zola publicou seu famoso "J'accuse", no qual, em forma de carta aberta, acusava o Exército e os generais da França de fraude no processo Dreyfus. Acusava também a elaboração de uma minuciosa campanha midiática mentirosa, colocando toda a população contra o capitão supostamente traidor.

Os fatos dados ocorridos na Curitiba de 2015, em certa medida, fazem lembrar os da virada do século 19 para o século 20. A anterior cruzada contra um suposto traidor agora é vista como a cruzada contra a corrupção, esquecendo-se que a própria ideia de cruzada é errada em seus fundamentos.

Pode-se hoje, sim, apontar pela evidente ilegitimidade que se desenha na alcunhada Operação Lava Jato. Antes de tudo, e por precaução, deve-se anotar o que se entende pela diferença entre ilegalidade e ilegitimidade. Muitos que ignoram tal diferença afirmam que apenas o que se mostra ilegal poderia ser motivo de reforma por tribunais.

Esquecem-se, estes, que na dogmática moderna ganham importância, também, os princípios. E são estes, sim, que regem a dinâmica de um processo justo, e não mais somente a lei. Somente sob essa leitura é que se pode esperar e entender criticamente as atitudes de determinada autoridade.

Um processo penal deve guiar-se, assim, por princípios, como o da presunção da inocência, do devido processo legal, da proporcionalidade, entre outros, e não só por uma alegada formulação legal. E é por isso que, mesmo que algumas decisões de um determinado juiz se guiem por algo que está previsto em lei (e

que, portanto, não incidiriam em ilegalidade), podem elas ser tidas por ilegítimas e passíveis de revisão.

A deflagração da 14ª etapa da Operação Lava Jato incide, justamente, nesse pecado. Mesmo sem ingresso em duvidosas leituras sobre a delação premiada ou por um pragmatismo qualquer, deve-se pensar na racionalidade do feito.

Mostra-se por demais questionável a necessidade de novas prisões em um momento já tão distante do início das investigações. A lei pode aceitar essas determinações, mas elas são simplesmente ilegítimas, pois desnecessárias sob uma leitura racional.

Esse estado de coisas chega a ponto tal que, na busca de sustentação para as novas prisões, simplesmente se fez uso lateral (e não declarado) da conhecida teoria do domínio do fato.

Essa teoria, no dizer do jurista alemão Claus Roxin, seu próprio idealizador, não serve para dizer que apontar a responsabilidade penal em casos empresariais. O que antes já era objetável, agora se mostra inadmissível. O fim, que nunca justifica os meios, agora se equivoca também em suas premissas. Seria, talvez, o caso de se acusar o errático e ilegítimo procedimento.

Fala-se mais. Afirma-se que "a falta de qualquer providência", por parte dos dirigentes das empresas, no sentido de que impedir o resultado supostamente criminoso "é indicativo do envolvimento da cúpula diretiva." Pior. Menciona-se a suposição de que "parece inviável" que o esquema criminoso "fosse desconhecido pelos presidentes das duas empreiteiras".

A suposição lastreada, em tese, no papel dos dirigentes presume um dever de vigilância que beira um Direito Penal da omissão, o qual se mostra para além do ilegítimo. Enfim, parece pretender-se utilizar, na busca de uma punição antecipada, recursos que, sozinhos, são carecedores de legitimidade.

Ao simplesmente se deixar de lado todo um suporte que deve acompanhar as construções omissivas, beira-se, mesmo, para mais do que ilegitimidade, e sim, real ilegalidade de prisões, ancoradas, unicamente, em presunções, e não em provas. Essa, a nova carta aberta.

RENATO DE MELLO JORGE SILVEIRA, 46, é professor titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP e vice-diretor da faculdade

28 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Lista do Janot, parte 2

Vem aí uma nova “lista do Janot”. Com a homologação da delação premiada do empreiteiro Ricardo Pessoa, da UTC, o procurador-geral da República deve abrir nos próximos dias novos procedimentos. Tanto podem ser novos inquéritos quanto diligências em investigações já abertas no Supremo Tribunal Federal. Apesar do enorme volume, auxiliares de Rodrigo Janot dizem que há investigações avançadas a ponto de dar origem a denúncias, talvez ainda antes do recesso do Judiciário.

29 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Prisões são usadas para coagir, diz jurista

Para o advogado Bandeira de Mello, amigo de Lula, juiz Sergio Moro quer aparecer e usa delação de forma equívoca

De acordo com especialista, corrupção sempre existiu no país, mas imprensa sempre ficou calada

Crítico da Operação Lava Jato, o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, 78, diz que a imprensa “monta palco” para o juiz Sergio Moro, que conduz o processo no Paraná, e que, com a Olimpíada, “esse assunto vai morrer”.

Professor da PUC-SP e um dos principais especialistas em direito administrativo no país, o advogado é amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e próximo do PT.

Em 2013, foi um dos advogados que assinaram um manifesto pelo impedimento de Joaquim Barbosa, relator do mensalão. Hoje, afirma que as prisões estão sendo usadas para coação — ele não advoga para nenhum dos investigados da Lava Jato.

O Juiz

[Sergio Moro] é um juiz que quer aparecer. É evidente que há abuso e excesso. A delação premiada não é um instituto que existe para coagir. Você prende uma pessoa e a mantém presa até que faça uma delação? Isso é coação. Delação deveria ser espontânea.

As prisões

O que tem sido noticiado é empresário sendo preso e submetido a condições muito insatisfatórias. Vamos ser realistas, se você viveu numa favela, sua condição de vida é

uma. Se você está acostumado a um mínimo de privacidade e o colocam numa cela que só tem um buraco [sanitário] sem porta, você está sendo torturado. Colocar alguém nessas condições é submetê-lo a tortura psicológica.

Papel da Imprensa

Com o apoio da imprensa, o país está caminhando, a passos largos, para o fascismo. Se a imprensa não montasse um palco para esse juiz, isso não aconteceria. Tanto é assim que na hora que aparecer algum assunto novo, como a Olimpíada, esse assunto todo vai morrer. Corrupção sempre existiu, mas a novidade é a imprensa tratar disso como um verdadeiro escândalo.

A Corrupção

É óbvio que [as revelações da Lava Jato] são muito graves. Mas corrupção sempre houve. Foi o governo FHC que flexibilizou a Lei de Licitações para as estatais, deixando o galinheiro sob o cuidado da raposa. Agora, esta é a primeira vez que vejo num governo tanto ataque à corrupção. Não é estranho que sempre tenha havido corrupção e a imprensa tenha ficado calada? Não tenho ilusão com a imprensa.

Estado de Direito

No Estado de Direito, existem certas regras. Num regime fascista ou ditatorial, outras. Com argumentos desse tipo [como pedir prisões para impedir destruição de provas], você pode torturar e matar. Se esse argumento do interesse maior da sociedade prevalecer, pode torturar e matar.

29 JUN 2015

FOLHA DE S. PAULO

Igualdade na Justiça

Foi, sem dúvida, um julgamento histórico. Por 5 a 4, a Suprema Corte decidiu na sexta-feira (26) que o casamento entre pessoas do mesmo sexo é garantido pela Constituição dos Estados Unidos.

Com isso, o direito passa a valer em todo o território norte-americano, e não apenas nas 36 unidades federativas que, a partir de 2004, adotaram normas com vistas a legalizar a união homossexual.

Entre a autonomia dos Estados para legislar e a igualdade das pessoas diante da lei, a maioria dos ministros da mais alta corte dos EUA optou pelo segundo princípio.

Embora não tenha sido a primeira deliberação do gênero —duas dezenas de países têm resoluções semelhantes, incluindo o Brasil—, a notícia vinda de Washington mereceu celebração não apenas em solo norte-americano, mas também em diversas partes do mundo.

Ganhou força, nas redes sociais, uma iniciativa simples de apoio: bastava modificar fotografias de perfis pessoais, ou mesmo institucionais, de modo a lhes acrescentar, como espécie de filtro, o arco-íris típico da bandeira gay.

Há não muitos anos pareceria impensável reação dessa natureza. Por preconceito próprio ou por me-

do do preconceito alheio, a maioria preferia manter razoável distância da causa gay; manifestações públicas e explícitas quase se restringiam aos interessados diretos.

Os tempos mudaram, felizmente. Em meados dos anos 1990, nos EUA, cerca de 70% da população se declarava contrária ao casamento homossexual. Essa fatia diminuiu para 53% em 2010 e, neste ano, caiu para 42% (com 55% favoráveis). A proporção é próxima à dos votos na Suprema Corte.

Se há motivos para júbilo, também os há para consternação. Mesmo que seja uma parcela decrescente, não se pode ignorar que mais de 40% dos norte-americanos —e dos ministros da cúpula de seu Judiciário— ainda negam aos homossexuais uma igualdade tão óbvia. Isso para nada falar da larguíssima maioria dos países.

Ao comentar a decisão judicial, o presidente Barack Obama afirmou: “Todas as pessoas devem ser tratadas de forma igual, independentemente de quem elas são ou de quem elas amam”. No plano ideal, a frase não passaria de simples truísmo; no mundo real, porém, ela ainda precisará ser pronunciada diversas vezes antes de ser compreendida na sua plenitude.

29 JUN 2015

BEMPARANÁ

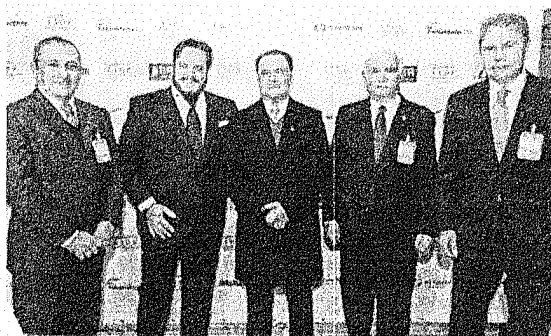
JADER ROCHA



Jantar

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, Joaquim Barbosa e Fabrício Macedo (presidente LIDE PR), no jantar / debate com o ex-ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, realizado pelo LIDE - Grupo de Líderes Empresariais do Paraná - no Castelo do Batel.

MARY SCHAFFER



Na palestra do Ministro e Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, empresários paranaenses de peso: Antonio Espolador Neto (Presidente Associação Comercial do Paraná), Fabrício Guilherme de Macedo Buhner (Presidente do Lide Paraná), Leonardo Petrelli (Presidente do Grupo RIC PR), Paulo Roberto Vasconcelos (Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná) e Joel Malucelli (Presidente fundados do Grupo Malucelli)

29 JUN 2015

BEMPARANÁ

Dividida, Assembleia vota reajuste para outros poderes

Dúvida está entre seguir índice de aumento do Executivo
ou reposição integral da inflação de 8,17%

Ivan Santos

A Assembleia Legislativa vota nesta semana os reajustes salariais para os servidores da própria Casa, além dos funcionários do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas. No caso dos servidores do Legislativo, os deputados estão divididos entre seguir o mesmo índice concedido aos funcionários públicos do Executivo, de 3,45% a serem pagos em outubro, ou promover a reposição integral e imediata das perdas inflacionárias de 8,17%, como propõem o TJ, MP e TC para seu quadro de pessoal.

Na semana passada, os parlamentares aprovaram a proposta do governo, de reajuste geral de 3,45% para o funcionalismo, acatando o argumento de que o Estado não teria condições financeiras de garantir a reposição da inflação neste momento. Um recurso da bancada de Oposição que pedia a votação em plenário da emenda que previa o aumento de 8,17% foi rejeitado por 27 votos a 20.

Após a decisão, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), anunciou que a Casa passaria a discutir o reajuste para os

CUSTO

**R\$ 52,5
milhões**

será o impacto do
reajuste de 8,17%
para os servidores do
Tribunal de Justiça
em 2015

servidores dos demais poderes, inclusive do próprio Legislativo. Em reunião com os parlamentares, Traiano e o líder do governo na Assembleia, deputado Luiz Cláudio Romaneli (PMDB), defenderam que a Casa seguisse o mesmo índice oferecido aos funcionários do Executivo. A maioria dos deputados, porém, defendeu a reposição integral da inflação, lembrando que nos últimos anos, o Legislativo tem devolvido recursos ao governo. Além disso, os parlamentares argumentaram que não faria sentido aprovar a reposição das perdas inflacionárias para Judiciário e Ministério Público, e dar um índice menor para os servidores da Casa.

Tanto o TJ, quanto o MP já enviaram projetos prevendo a reposição dos 8,17% da inflação, retroativa a 1º de maio deste ano. No caso do Judiciário, o impacto do aumento

em 2015 seria de R\$ 52,5 milhões. Em 2016, de R\$ 87,4 milhões e em 2017, de R\$ 99,1 milhões. Para este ano, o reajuste elevaria a despesa anual com pessoal do TJ para R\$ 1,4 bilhão. Para o ano que vem, ela chegaria a R\$ 1,588 bilhão e em 2017, a R\$ 1,684 bilhão. No caso do Ministério Público, a reposição implicará em um impacto financeiro de R\$ 1.043.494,60 ao mês.

Nos dois casos, os deputados devem aprovar os projetos sem alteração, já que os demais poderes têm autonomia financeira. "Não posso interferir no Judiciário. Ele tem orçamento próprio. O MP da mesma forma", alegou Traiano. Em relação aos servidores da Assembleia, a cúpula da Casa teme o desgaste que a aprovação da reposição da inflação representaria, em comparação com o reajuste menor aprovado para os funcionários do Executivo.

CONTINUA

29 JUN 2015

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Repasses - O líder da bancada da Oposição, deputado Tadeu Veneri (PT), já avisou que se a Casa propor o reajuste de 3,45%, vai apresentar emenda para garantir os 8,17% para os servidores do Legislativo. "Os 8,17% são o percentual da inflação. Defendemos a reposição para todos os poderes", disse, afirmando que se a Assembleia tem devolvido dinheiro para o Executivo, não faria sentido propor índice menor apenas para "fazer média com o governo".

Veneri lembrou que a bancada oposicionista propôs reduzir os repasses aos outros poderes, o que garantiria mais R\$ 428 milhões ao ano ao governo, mas a ideia foi rejeitada pelos deputados.

GAZETA DO POVO

ROSANA FELIX

Quer apostar quanto na menoridade penal?

De que lado você está: é a favor ou contra a redução da maioridade penal? A maioria dos brasileiros (87%), segundo o Datafolha, apoia a mudança na lei, que está sendo discutida na Câmara dos Deputados, o maior índice registrado desde 2003. Considero compreensível que um cidadão comum, que já foi vítima ou convive com a insegurança no dia a dia, defenda a redução da maioridade. Mas, enquanto nação, não deveríamos seguir por este caminho. Há muitos argumentos, mas o ponto básico é: isso vai diminuir a violência no Brasil?

Sim, acredito que adolescentes de 16 anos que cometem homicídios precisam responder por seus crimes. E efetivamente já o fazem: para os crimes mais graves, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê restrição de liberdade total e internação nas instituições Fundação Casa, antigamente chamadas de Febem.

A vida na Fundação Casa não é moleza. Claro, há projetos de ressocialização e educação, na tentativa de recuperar estes jovens. Mas o local funciona como uma prisão. Será que adianta mudar a imputabilidade penal? O jovem infrator vai se importar se for mandado para um presídio e não para a fundação?

Há uma visão equivocada de que é só a esquerda que é contrária à redução da maioridade. Mas veja só o que diz a presidente da Fundação Casa de São Paulo, Berenice Giannella, que ocupa o cargo desde 2005, por indicação do governador Geraldo Alckmin (PSDB): "Não venham me dizer que, quando um adolescente vai para uma instituição, ele acha que não está sendo punido, pois ele está sendo punido. Ele está privado de liberdade, ele não pode sair, ele não tem mais a convivência com os amigos dele e tem uma convivência menor com a família", declarou ela ao portal UOL no mês passado.

27 JUN 2015

Quem acompanha o assunto, como Berenice, avalia que o envolvimento com atos violentos decorre da necessidade de autoafirmação do jovem, do meio onde ele está inserido. "Acho que a gente tem que ter a percepção que diminuir a idade penal não vai resolver o problema da criminalidade, pois essa impulsividade, essa inconstância dos jovens que os leva a praticar o crime, não vai mudar porque a maioridade vai ser reduzida", declarou a representante do governo tucano.

Se o jovem, em seu entorno, só vê injustiça, pobreza e violência, fica difícil para ele trilhar outro caminho.

Azar dele, diz você. Escolheu o mundo do crime, agora pague.

Repetindo: ele já paga. Seja por medidas socioeducativas, trabalho comunitário ou privação de liberdade, o adolescente é punido da mesma forma que o adulto, apenas em uma instituição diferente e com acompanhamento especializado.

Falando nisso, este adulto que comete crime não deixou de fazê-lo pelo medo de ser preso, condenado e sentenciado à prisão. O jovem agiria de modo diferente?

CONTINUA

27 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Direção e pornografia

Aliás, essa mudança levaria a uma verdadeira revolução sociocultural no Brasil, com potencial para aumentar a violência, em vez de reduzir. O Ministério Público do Paraná (MP-PR), em sua campanha contra a redução da maioridade (<http://bit.ly/1KhFzxzE>) pondera: se o adolescente de 16 anos for equiparado a um adulto, poderá tirar carteira de motorista, o que aumentaria o número de acidentes de trânsito.

O MP levanta outra situação gravíssima, e que põe em risco todos os jovens, não só os infratores: produzir, publicar ou vender pornografia envolvendo pessoas de 16 e 17 anos não seria mais considerado crime. É uma situação bem delicada, principalmente com a difusão da internet, dispositivos eletrônicos e aplicativos.

Não é intenção mudar a opinião de ninguém. Pode continuar a apoiar a redução da maioridade. Mas é preciso compreender os riscos envolvidos. Caso a lei seja modificada, algumas centenas de jovens (proporcionalmente são poucos os que cometem homicídios) seriam trancafiados em presídios, em vez de irem para a Fundação Casa. Por outro lado, 6,7 milhões de brasileiros de 16 e 17 anos poderiam usufruir do direito de ter carteira de habilitação. Você está disposto a se arriscar em um trânsito com mais adolescentes?

Quer apostar quanto que a menoridade penal traria mais prejuízos do que benefícios?

Uma observação que pode comover alguns: segundo a pesquisa Datafolha, quanto maior a escolaridade, mais a pessoa se opõe à redução da maioridade.

27 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» ENSINO ESTADUAL

Construtora recebeu R\$ 9 milhões por duas escolas que não “saíram do papel”

Unidades ficam em Campina Grande do Sul e tiveram a construção contratada pela Seed ainda em 2013

Catarina Scortecchi

Inspetores do Tribunal de Contas (TC) do Paraná concluíram na sexta-feira (26) parte de uma apuração em torno de obras de construção ou de reforma em escolas do estado. Nesta primeira etapa, os inspetores prepararam um comunicado de irregularidades referente a dois contratos do governo estadual com a empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais, de Curitiba.

Assinados em 2013, os contratos estabeleciam a construção de duas escolas em Campina Grande do Sul, na região metropolitana da capital. Mas, desde então, as obras do Colégio Estadual Jardim Paulista e do Colégio Estadual Ribeirão Grande praticamente não “saíram do papel”. Mesmo assim, a empresa já recebeu cerca de R\$ 9 milhões.

De acordo com o inspetor Márcio Assunção, as duas escolas já deveriam ter sido entregues. “A empresa

até agora executou só 10% da obra da escola do Jardim Paulista. Só tem a base construída. Na outra escola, de Ribeirão Grande, não tem nada”, disse ele, em entrevista à *Gazeta do Povo*.

Outras nove obras também devem receber comunicado de irregularidades nos próximos 15 dias. A apuração em torno das 11 obras começou em janeiro, na sétima inspeção do TC.

A conclusão de parte da apuração no TC ocorre um dia depois de a Secretaria Estadual de Educação (Seed) convocar a imprensa para divulgar a existência de uma auditoria na pasta, aberta em maio e sem prazo para chegar ao fim, para apurar problemas em pelo menos sete obras, incluindo as duas escolas de Campina Grande do Sul.

Os sete contratos envolvem cerca de R\$ 30 milhões, entre recursos estaduais e federais. Seis pessoas, entre elas três fiscais, foram demitidas ou afastadas, segundo a pasta. Mas, na quinta-feira (25), a Seed não informou quanto já tinha sido desembolsado pelos cofres públicos nas sete obras, tampouco deu detalhes sobre o andamento delas.

No TC, o comunicado de irregularidades será agora

encaminhado a um relator, definido por sorteio. A partir daí, o relator tem no máximo dez dias para acatar ou não o documento e adotar medidas que considera cabíveis. No caso das duas escolas de Campina Grande do Sul, a inspeção recomenda, além da suspensão dos pagamentos, a citação de 16 pessoas envolvidas no caso, para abertura de defesa.

Envolvidos

Entre os envolvidos está o atual conselheiro suplente da Sanepar Maurício Jandoi Fanini Antonio, que atuou como diretor de Engenharia, Projetos e Orçamentos da Seed de 2011 até o fim do ano passado. Em 2015, ele continuou em cargos comissionados no governo do Paraná, até ser exonerado no começo deste mês. O mandato como suplente no Conselho de Administração da Sanepar segue até 25 de abril de 2016. Antes, ele já atuava na Sanepar, num cargo de conselheiro titular.

Tanto o TC quanto a auditoria do governo estadual apontam que o pagamento por serviços não prestados era feito com ajuda de fiscais e de servidores da Secretaria da Educação.

A reportagem não obteve retorno da empresa e não conseguiu contato com Maurício Jandoi Fanini Antonio.

CONTINUA

27 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SOB SUSPEITA

Segundo o TC, contratos de outras empresas também apresentam “discrepâncias”

▮ Nem todas as 11 obras que se tornaram alvo do TC pertencem à empresa Valor Construtora e Serviços Ambientais. Em entrevista à **Gazeta do Povo**, o conselheiro Ivens Linhares, responsável pela sétima inspetoria do TC, afirmou que quatro das sete obras são “de outras empresas”. Linhares preferiu não antecipar os nomes das empresas antes do término da apuração, mas confirmou que irregularidades semelhantes foram encontradas nestes contratos.

“O problema está na diferença entre o que foi pago e o serviço que efetivamente foi executado. Essas discrepâncias aparecem em todos esses 11 contratos”, comentou ele.

Varredura

Depois de concluir a apuração em torno das 11 obras, a sétima inspetoria do TC vai iniciar uma espécie de varredura em 280 contratos de obras ligadas à Seed.

Segundo o inspetor Márcio Assunção, da sétima inspetoria, “todas essas obras, de reparos menores a construção de escolas, são passíveis de verificação”. Segundo ele, a “varredura” deve começar pelas “obras maiores”. **(CS)**

27 JUN 2015

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

JUSTIÇA Operadoras voltam a cortar acesso à internet no celular

As operadoras de telefonia Oi, Claro, TIM e Vivo voltaram a bloquear o acesso à internet por celular quando o usuário atinge o limite do pacote de dados contratado. Uma decisão do ministro Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça, suspendeu todas as ações coletivas sobre o tema nesta semana. O bloqueio após o uso da cota diária vem sendo realizado desde o fim de 2014 – antes, a velocidade era apenas reduzida. As ações coletivas argumentam que mudanças contratuais permitindo o bloqueio haviam ocorrido sem que os usuários tivessem sido informados, no momento em que adquiriam os serviços, de que essa era uma possibilidade. A decisão do STJ não entra no mérito dessa questão, mas responde a ação da Oi que argumenta que já foram propostas pelo menos 15 ações coletivas em vários estados, gerando “indefinição”. Ribeiro deferiu o pedido de liminar até que se decida em qual esfera o caso será julgado.

Planos de saúde nos tribunais

Especialista em Direito da Saúde, a advogada Renata Vilhena Silva vem a Curitiba nesta semana para falar sobre os direitos dos consumidores que contratam planos de saúde. Reajuste abusivo de mensalidade, negativas de medicamentos e tratamentos e os direitos dos idosos são alguns dos temas abordados. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo email vilhenasilva@vilhenasilva.com.br ou pelo telefone (11) 3256-1283. A palestra será na terça (30), às 19 h, no Hotel Mercure (Av. Sete de Setembro, 5.368).

NOTA POLÍTICA

Cascavel rebaixada?

Cascavel corre sério risco de deixar de ter eleições em dois turnos. Se mantiver a média de outras cidades, o município do Oeste irá perder de 4% a 15% dos eleitores por causa do cadastramento biométrico, iniciado há um mês na cidade. “Se Cascavel perder 4% já baixamos para 190 mil eleitores”, explica Rubiane Kreuz, coordenadora da biometria na cidade, que contava com 210 mil eleitores inscritos, 10 mil a mais do que o exigido pela legislação para a existência do segundo turno. O recadastramento dos eleitores em Cascavel segue até o dia 30 de setembro.

28 JUN 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO PUBLICANO

Defesa vê 'arbitrariedade' em prisões do MP

Para advogados que defendem investigados do Fisco Estadual, há excesso em pedidos de detenção preventiva. Eles exemplificam que a maioria já conseguiu a liberdade

LONDRINA

Fábio Silveira, do JI.

As prisões preventivas solicitadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) nas investigações em curso em Londrina, como a Operação Publicano que investiga a Receita Estadual, viraram objeto de críticas dos advogados criminalistas que defendem os presos.

De modo geral, os advogados veem "excessos" em alguns casos e argumentam que, dos mais de 40 auditores fiscais que foram presos no âmbito da Publicano, apenas Ana Paula Lima e Roberto Oyama seguem presos. Os demais obtiveram o habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O advogado Walter Bittar, o primeiro a conseguir habeas corpus para auditores fiscais, é um dos que reclamam das prisões. "Isso

ameaça o Estado Democrático de Direito." Ele, que defende cinco investigados na Publicano, avalia que existem "arbitrariedades" em algumas prisões.

Para Bittar, a prisão preventiva não pode ser o "foco" das investigações e deveria ser usadas apenas em casos especiais. "A prisão deve vir por último e não no começo [do processo]."

Ele admite, porém, que num país em que a corrupção é um grande problema, como o Brasil, as prisões preventivas de envolvidos nos chamados crimes de "colarinho branco" são bem vistas pela opinião pública. A ferramenta acabaria funcionando, assim, como uma condenação "prévia".

Equilíbrio

O questionamento que surge é como encontrar um equilíbrio entre o combate à corrupção e as garantias do Estado Democrático de Direito, como a ampla defesa. O presidente da seção de Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Artur Piancastelli, afirma que atingir esse equilíbrio não é fácil, mas é "fundamental".

A dificuldade em achar o equilíbrio, segundo ele, está no fato de casos como a Publicano terem "pessoas poderosas" sob investigação. Além disso, a sofisticação dos supostos crimes cometi-

dos dificultaria o processo investigatório e a punição. A solução, recomenda, é respeitar o processo legal e, com isso, a ampla defesa.

Piancastelli lembra que, apesar das críticas de criminalistas, não é o Gaeco que define as prisões. "O Gaeco apenas pede, quem determina a prisão é o Judiciário."

Quanto às queixas de criminalistas, o representante da OAB afirma não ter condições de avaliar se existem "excessos", por não atuar nesses casos, mas lembra que, "se a medida é desnecessária, o advogado vai conseguir revogar".

CONTINUA

28 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PRISÕES AJUDARAM GAECO

A reportagem não conseguiu contato com promotores do Gaeco na sexta-feira (26) para comentar as críticas. Porém, o órgão costuma defender a necessidade das medidas para garantir o avanço das investigações. Em abril, quando era coordenador do Gaeco, o procurador Cláudio Esteves comentou que, após as prisões da primeira fase da Publicano, as investigações avançaram mais do que nos nove meses anteriores. O acordo de delação firmado pelo auditor Luiz Antônio de Souza foi considerado fundamental para a apuração,

DOIS CONTINUAM PRESOS

Dois investigados na Operação Publicano não obtiveram habeas corpus: Ana Paula Lima e Roberto Oyama. Ana Paula é casada com o também auditor fiscal Márcio de Albuquerque Lima, que foi delegado da Receita Estadual em Londrina e inspetor-geral de fiscalização no estado. O pedido de habeas corpus foi negado porque ela é acusada de ter eliminado provas. A situação de Oyama é diferente: ele é mantido preso porque, mesmo afastado da Receita Estadual desde 2003, continuou a praticar irregularidades, segundo a investigação.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Lanterna para achar honestos

Diógenes, filósofo grego que ficou conhecido como “o cínico”, tinha lá suas esquisitices: primeiro, conforme conta a lenda, morava dentro de um barril; segundo, porque perambulava pelas ruas de Atenas com uma lanterna acesa em pleno dia e sob o brilho intenso do sol mediterrâneo. Perguntado sobre isso, deu a resposta que ficou na história: “Estou à procura de um homem honesto!”

Hoje seriam necessários poderosos holofotes para que algum fosse encontrado — mas o velho Diógenes certamente teria identificado sob a timidez e a discrição de Jaime Sunyé Neto o homem que procurava. Bastava-lhe iluminar o catatau de papéis que instruem a sindicância que apurou corrupção em obras de R\$ 30 milhões do programa de construção e reformas de escolas do Paraná para verificar que, em vez de ser considerado “envolvido”, foi Sunyé quem tomou a iniciativa de denunciar a maracutaia.

Suas desconfianças começaram a aparecer no fim do ano passado, quando notou que, embora algumas obras nem tivessem saído do chão, a construtora já havia recebido milhões como se já quase tivesse terminado o serviço.

A “arte” consistia em atestar medições exageradas para justificar a liberação de recursos por parte da Diretoria de Engenharia da Sude (Superintendência de Desenvolvimento Educacional), à época ocupada por Maurício Jandoi Fanini Antonio, amigo e companheiro de jogos de tênis do governador Beto Richa.

As desconfianças de Sunyé — superintendente da Sude e superior hierárquico de Fanini — foram logo comunicadas ao ex-secretário Fernando Xavier, que mandou aprofundar investigações e coletar provas. Em 5 de maio, Sunyé deu por cumprida a ordem e oficiou o secretário: “detectamos diversos indícios de irregularidades nas medições” e, por isso, “sugerimos que seja determinada a abertura de sindicância para apurar os fatos e responsabilidades”.

28 JUN 2015

No mesmo 5 de maio, o secretário da Educação abriu a sindicância. Poucas horas depois, coincidência ou não, Richa exonerou Xavier. No dia

10 foi a vez de Jayme Sunyé Neto ser exonerado da Sude. A essa altura, no entanto, o “amigo” Jandoi Fanini já estava abrigado num cargo em comissão no gabinete do governador, do qual só saiu no início deste mês de junho quando surgiram as primeiras notícias do escândalo.

Pelo menos quatro órgãos prosseguem as investigações: a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o Ministério Público (Gaeco), o Tribunal de Contas e a Polícia Civil. Como parte dos recursos provém do governo federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal já se preparam. Por enquanto, os trabalhos se concentram em sete obras tocadas por uma só empreiteira (a Valor), mas o interesse das autoridades é saber se nas outras cem que compõem o mesmo programa (com empreiteiras diferentes) também não há irregularidades semelhantes.

Chamem o Diógenes!

Férias

O signatário desta coluna entra em férias. Volta na edição de 1.º de agosto.

28 JUN 2015

GAZETA DO POVO

último

CELSO NASCIMENTO

Delegados x Gaeco 1

A Associação dos Delegados de Polícia do Paraná (Adepol) decidiu tomar posição diante da atuação do Ministério Público por meio do Gaeco. Em nota divulgada na sexta-feira (26), os delegados condenam promotores que "têm extrapolado ao agir de forma autoritária e seletiva buscando mais o sensacionalismo e os holofotes da mídia do que resultados que possam conduzir à responsabilização de autores dos delitos".

Delegados x Gaeco 2

A Adepol cita casos ocorridos no Paraná, como o "vazamento irresponsável de calúnias contra Fernanda Richa procurando vinculá-la em malfeitos". E acrescenta: "Nem mesmo o direito à defesa dos investigados tem sido admitido e respeitado, como se viu na tentativa de intimidação por parte do Gaeco ao advogado Sergio Botto de Lacerda pelo simples fato de, como profissional do direito, ter impetrado habeas corpus em favor de um suspeito.

Tudo certo 1

O ex-prefeito de Foz do Iguaçu Paulo MacDonald Ghisi (PDT) foi inocentado pela Justiça no processo sobre a Pró-Saúde, organização social que administrava o Hospital Municipal antes de a unidade ser repassada à Fundação de Saúde, criada pela atual administração. O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Rogerio de Vidal Cunha, não viu irregularidades no contrato de gestão que mantinha o hospital com a metade do gasto atual.

Tudo certo 2

Este era um dos últimos processos que afastavam a possibilidade de MacDonald concorrer novamente à prefeitura de Foz. Uma frente partidária tenta convencê-lo a se candidatar em 2016.

28 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Gaeco investiga fraude na transferência de imóveis

FOZ DO IGUAÇU

Vacy Alvaro Júnior,
especial para a Gazeta do Povo

Agentes do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), braço policial do Ministério Público Estadual (MP), cumpriram na sexta-feira (26) mandados de busca e apreensão nas secretarias municipais da Fazenda e da Tecnologia da Informação de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná.

Durante a ação, os agentes levaram computadores com dados contábeis e tributários do município, além de guias do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Os mandados fazem parte da Operação Lotur, que investiga denúncias feitas pelo MP no ano passado quanto a um possível esquema de fraude na transferência de imóveis, principalmente terrenos, em Foz.

O grupo investigado é acusado de envolvimento em práticas de corrupção, falsificação de documentos e organização criminosa. Entre as irregularidades estaria o lançamento do ITBI — que corresponde a uma taxa de 2% do valor do imóvel — em valores mais baixos que o determinado. “Os responsáveis, em conluio com o particular, que é o maior beneficiário, fazem um lançamento menor da base de cálculo do terreno,

de onde incidirá o imposto”, explicou o promotor Fernando Cubas Cesar.

O secretário municipal da Fazenda, Ademar da Silva, informou que está disposto a colaborar com as investigações. “A sociedade como um todo está sendo lesada quando há alguma sonegação fiscal ou fraude. Estamos aqui para ajudar na investigação e em tudo o que for necessário”, disse.

No mês passado, agentes do Gaeco cumpriram duas etapas de mandados de busca e apreensão de documentos, incluindo locais como um escritório de advocacia e um cartório de registro de notas. Ainda não é possível calcular os prejuízos com a perda de arrecadação provocada pela fraude e não está descartada a participação de servidores públicos no esquema.

Empresa ligada a Abi pagou hotel para secretário da Fazenda de Richa

Mauro Ricardo Costa teve seis diárias bancadas pela Alumpar Alumínios, que está no nome dos dois filhos do empresário

Euclides Lucas Garcia

Indiciado sob a acusação de ser o chefe político do esquema de corrupção na Receita Estadual do Paraná, o empresário Luiz Abi Antoun pagou despesas de hospedagem do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, num dos principais hotéis de Curitiba. O pagamento de pelo menos seis diárias, no valor de R\$ 1.751,40, foi feito pela empresa Alumpar Alumínios, de propriedade da família Abi Antoun.

Registro do hotel Bourbon, obtido com exclusividade pela reportagem da **Gazeta do Povo**, mostra que Mauro Ricardo Costa e a esposa se hospedaram no local entre os dias 31 de dezembro e 5 de janeiro. Segundo a reserva, que identifica Costa como "futuro secretário da Fazenda do PR" e foi feita em 9 de dezembro, o pagamento da estadia correu por conta da Alumpar. No total, cada diária na suíte premier do hotel saiu por R\$ 278 mais 5% de ISS, totalizando R\$ 1.459,50. O documento menciona que o "Sr. Pablo virá pagar no hotel". Já as

despesas extras, como o uso da garagem do hotel e o consumo de produtos do frigorífico, foram pagas pelo próprio secretário — não há o valor no documento.

Outro registro aponta que Costa se hospedou no hotel entre os dias 7 e 8 de dezembro, também com a diária, no valor total de R\$ 291,90, paga pela Alumpar.

Empresa de Abi

Sediada em Londrina, a Alumpar Alumínios pertence à GV Alumínios e à KLM Brasil Indústria Eletrônica. Esta última, com sede em Cambé, tem como sócios os dois filhos de Luiz Abi: Kouthar e Nemer Abi Antoun. De acordo com a certidão da empresa, Nemer é representado na sociedade pela mãe, Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun.

Os documentos da Junta Comercial apontam ainda que o próprio Luiz Abi constava como sócio da KLM quando ela foi criada, em setembro de 1990. O empresário, porém, deixou a sociedade em maio de 2012. Já Eloiza, que também participou da sociedade quando a KLM foi criada, deixou o controle da empresa em outubro de 1997. Em 29 de maio de 2012, voltou a figurar como sócia, mas, no mesmo dia, saiu da sociedade junto com o marido.

Fraudes

Há pouco mais de dez dias, o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) indiciou 109 pessoas

na segunda fase da Operação Publicano, que investiga um esquema de corrupção na Receita Estadual. Primo do governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi é apontado como o operador político do esquema, que consistia em uma rede de extorsão e subornos, pagos por empresários, para bloquear cobranças milionárias de impostos estaduais devidos por empresas de Londrina e região.

Em outra ponta, empresários também pagariam para se tornarem "blindados" e protegidos das fiscalizações da Receita. Segundo o Gaeco, o próprio Abi, por exemplo, teria ordenado o encerramento de uma fiscalização na GV Alumínios, uma das proprietárias da Alumpar.

"Confio em Deus e amo a minha família. Só isso que tenho a dizer", afirmou Abi recentemente, na única declaração pública que fez sobre o tema. Já Richa sempre alegou ter apenas "relações sociais" com o empresário e ressaltou que não pode ser punido pelos erros de outras pessoas.

"O conheci [Abi] em uma das vezes que vim a Curitiba, antes de tomar posse. Nunca conversei com ele sobre qualquer assunto relativo à Receita Estadual ou à Secretaria da Fazenda."

Mauro Ricardo Costa, secretário da Fazenda.

CONTINUA

29 JUN 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

HOTEL PAGO

Empresa ligada a Luiz Abi Antoun pagou hospedagens do secretário estadual da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, na rede de hotéis Bourbon, uma das principais de Curitiba. Entenda o caso:

contas de hotel

Alumpar
propriedade:



INDÚSTRIA
ELETRÔNICA



**MAURO
RICARDO COSTA**
SECRETÁRIO
DA FAZENDA

OS ENVOLVIDOS

Alumpar

Empresa de reciclagem de alumínio com sede em Londrina pertencente a dois sócios: GV Alumínios e KLM.

GV Alumínios

Pertencente ao grupo VZan

KLM

Grupo de pelo menos três empresas pertencentes à família de Luiz Abi Antoun. Numa delas, a mãe dos sócios aparece como tutora de um deles.

Luiz Abi é acusado de ser o chefe político do esquema fraudulento na receita estadual. O governo do estado sempre negou que haja proximidade entre ele e Beto Richa (PSDB).



EMPRESA DA FAMÍLIA

A Alumpar, conforme registro na Junta Comercial do Paraná, pertence à GV Alumínios e à KLM Brasil. A parte da KLM é representada na sociedade por Kouthar Abi Antoun, um dos filhos de Luiz Abi.

Nome Empresarial	ALUMPAR ALUMINIOS LTDA
Natureza Jurídica	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
Número de Identificação do Registro de	CM

Sócio/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato	Participação no Capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
KLM BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA LTDA ME	2.000.000,00	SÓCIO		XXXXXXXXXX
GV ALUMINIOS LTDA	2.000.000,00	SÓCIO		XXXXXXXXXX
JOSE CARLOS VASCONCELOS	0,00	REPRESENTANTE	Administrador	XXXXXXXXXX
KOUTHAR ABI ANTOUN	0,00	REPRESENTANTE		XXXXXXXXXX

Sediada em Cambé, a KLM Brasil tem como sócios os dois filhos de Luiz Abi: Kouthar e Nemer Abi Antoun. De acordo com a certidão da empresa na Junta Comercial, Nemer é representado na sociedade pela mãe, Eloiza Fernandes Abi Antoun.

Nome Empresarial	KLM BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA LTDA ME
Natureza Jurídica	SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Sócio/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato	Participação no Capital (R\$)	Espécie de Sócio	Administrador	Término do Mandato
KOUTHAR ABI ANTOUN	250.000,00	SÓCIO		XXXXXXXXXX
NEMER ABI ANTOUN	250.000,00	SÓCIO		XXXXXXXXXX
ELOIZA FERNANDES PINHEIRO ABI ANTOUN	0,00	MARCA-REPRESENTANTE		XXXXXXXXXX

Os documentos da Junta Comercial apontam ainda que o próprio Luiz Abi constava como sócio da KLM Brasil quando ela foi criada, em setembro de 1990. O empresário, porém, deixou a sociedade em maio de 2012.

CERTIDÃO ESPECÍFICA		Página: 004 / 003
Certificamos que LUIZ ABI ANTOUN		
CPF: 00000000		
foi sócio(a) da sociedade registrada nesta Junta Comercial, com o seguinte:		
nome empresarial: KLM BRASIL - INDUSTRIA ELETRONICA LTDA ME		

Data de Entrada na Sociedade: 20/09/1990 Data de Saída da Sociedade: 29/05/2012

CONTINUA

CONTAS QUITADAS

Segundo os registros do hotel Bourbon, Mauro Ricardo Costa e a esposa se hospedaram no local entre os dias 31/12/2014 e 05/01/2015.

A fatura mostra que a conta foi paga pela empresa Alumpar Alumínios, de propriedade da família de Luiz Abi.

Nome do Hóspede	Tipo de Hóspede
COSTA, MAURO RICARDO	Empresa

Empresa: ALUMPAR ALUMINIOS LTDA

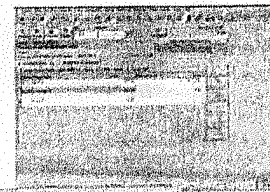
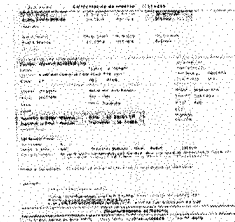
Pagamento de Diárias:	Empresa	Diária:	R\$ 278,00 + 5,00 %
Pagamento de Extras:	Hóspede	Total Diárias:	R\$ 1390,00

/FUTURO SECRETARIO DA FAZENDA DO PR/

Além disso, há registro de uma diária entre os dias 07 e 08/12/2014 em nome do secretário, que também foi quitada pela Alumpar Alumínios.

Nome	MAURO COSTA
Empresa	ALUMPAR ALUMINIOS LTDA

03/12	A FATURAR	-291,90
-------	-----------	---------



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Costa se defende e diz que ressarciu diárias

Por meio da assessoria, o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, confirmou que sua hospedagem entre 31 de dezembro e 5 de janeiro foi bancada por um terceiro, mas sem o conhecimento prévio dele. Ele afirmou que, posteriormente, pagou a quantia do próprio bolso. Já sobre a diária de 7 para 8 de dezembro, disse imaginar que o pagamento tivesse sido feito pelo governo do estado. Informou ainda que irá procurar o hotel Bourbon e, caso a conta tenha sido paga por alguém que não o Executivo, também irá desembolsar o valor.

Costa contou que, ainda no ano passado, viajou diversas vezes para Curitiba com o objetivo de discutir sua vinda para o Executivo paranaense e os projetos enviados à Assembleia Legislativa em dezembro. Nas viagens, costumava retornar no mesmo dia para São Paulo. Somente em 7 de dezembro, pernitoou no Bourbon e afirmou desconhe-

cer a informação de que a diária foi paga por uma empresa ligada a Luiz Abi Antoun.

Além disso, numa das vindas à capital paranaense, Costa disse ter pedido a Abi, numa conversa informal, a indicação de um local para passar o réveillon. O empresário indicou o Bourbon por conhecer o dono do hotel e se hospedar no local frequentemente. Conforme o secretário, Abi se ofereceu para fazer a reserva.

De acordo com ele, no dia 5 de dezembro, saiu para trabalhar e pediu à esposa que pagasse as diárias, pois se mudaria para um apartamento que alugou na cidade. A recepção do hotel, no entanto, informou que somente as despesas extras precisariam ser quitadas, mas não a hospedagem. "Imediatamente entrei em contato com o Luiz Abi e informei que não aceitaria que ninguém pagasse a minha conta e que ele solicitasse ao hotel a emissão de um boleto para que eu pudesse pagar di-

retamente ao hotel", afirmou o secretário. Ele contou que insistiu no assunto e, então, o Bourbon emitiu um boleto no valor de R\$ 2.335,20, o qual pagou no dia 20 de janeiro, conforme comprovante apresentado à reportagem.

Segundo o secretário, a pessoa identificada no registro da reserva como Pablo, a quem cabia pagar a conta dele no hotel, costumava acompanhar Luiz Abi. "Achei que era um empregado dele."

Relacionamento

Questionado sobre os encontros que teve com Luiz Abi, Costa declarou que o conheceu numa das vindas a Curitiba antes de tomar posse como secretário, mas nunca esteve sozinho com o empresário. Ele afirmou ainda que os dois jamais trataram de qualquer assunto referente à Receita Estadual ou à Secretaria da Fazenda.

Procurado, o advogado de Abi, Antônio Carlos Coelho Mendes, afirmou que não comenta assuntos de clientes fora dos processos.

Já o governo do estado informou apenas que caberia ao próprio secretário se manifestar. (ELG)

29 JUN 2015

» LEGISLATIVO ESTADUAL

GAZETA DO POVO

Gabinete de deputados gira mais dinheiro que 77% das empresas do país

Na semana passada, parlamentares cogitaram reajustar valor dos benefícios para bancar o mandato

Rogério Waldrigues Galindo

Os deputados estaduais retomaram na semana passada a discussão sobre um possível reajuste das verbas de gabinete. Por enquanto, as discussões ocorreram apenas nos bastidores — oficialmente, o presidente Ademar Traiano (PSDB) não admite que venha sofrendo pressão dos colegas pelo reajuste. No entanto, a **Gazeta do Povo** apurou que vários parlamentares vêm se mostrando insatisfeitos pelo fato de não terem tido reajuste nas verbas nos últimos três anos, enquanto a Câmara dos Deputados, por exemplo, concedeu reajuste de 18% em abril.

Atualmente, cada um dos deputados estaduais paranaenses tem direito a uma verba mensal de R\$ 110 mil, sem contar o salário do próprio parlamentar. A maior parte é destinada aos salários dos até 23 funcionários comissionados que cada um pode contratar: são

R\$ 78,5 mil. Outros R\$ 31,4 mil são destinados a ressarcir gastos com despesas relacionadas ao mandato, o que inclui envio de correspondências, impressão de material de divulgação, diárias e combustível. Por ano, são R\$ 1,3 milhão.

De acordo com o Censo das Empresas divulgado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), esse valor é maior do que o faturamento de pelo menos 77% das empresas do país. Ultrapassa o valor dos microempreendedores individuais (30,4% das empresas); das microempresas (46,8% do total); e ainda fica acima de um percentual indefinido das empresas de pequeno porte (que, por lei, têm faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões).

Segundo Luciana Bechara, diretora do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Curitiba, uma empresa do setor precisa de pelo menos seis a sete anos de atuação para atingir um faturamento de R\$ 1,3 milhão. “Parece que os salários também são significativamente mais altos no Parlamento do que no nosso setor, que paga em média R\$ 1,2 mil mensais”, diz ela. Os salários nos gabinetes ficam, em média, em R\$ 3,4 mil.

Luciana Bechara conta que sua indústria, especiali-

CUSTO

Veja quanto circula de dinheiro em cada gabinete parlamentar e nas pequenas empresas.

- Cada gabinete parlamentar na Assembleia Legislativa custa R\$ 1,3 milhão ao ano.
- No total, os 54 gabinetes custam R\$ 70,2 milhões por ano.
- Um gabinete na Câmara de Curitiba gasta R\$ 832 mil.
- Um gabinete na Câmara dos Deputados custa R\$ 2 milhões por ano.
- 30,4% das empresas brasileiras têm faturamento anual menor do que R\$ 60 mil.
- Outros 46,8% das empresas têm faturamento inferior a R\$ 360 mil/ano.

zada em roupas para bebê, tem um número muito semelhante ao dos funcionários de um gabinete parlamentar: são 22 pessoas no momento, que tocam a fábrica, uma loja física, uma loja virtual e o escritório. Com metade de seus funcionários trabalhando na fábrica, a marca produz entre 12 mil e 15 mil peças de roupas por mês.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

29 JUN 2015

Aumento de verba servirá para tentar recuperar imagem depois de polêmicas

Para o cientista político Sérgio Braga, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), os parlamentares podem desejar o aumento das verbas de gabinete como maneira de melhorar sua popularidade depois dos eventos do primeiro semestre deste ano. Em fevereiro, muitos deputados entraram em um ônibus da tropa de choque da Polícia Militar para chegar à Assembleia cercada por manifestantes. Já em abril, a reforma da previdência estadual foi votada enquanto a PM deixava 213 pessoas feridas em frente ao prédio do Legislativo.

"Eles apostam que a melhor maneira de melhorar a imagem de cada um é aumentar a comunicação com as bases eleitorais. E isso tem custos", diz Braga, ressaltando despesas com viagens, hospedagem e impressão de materiais de divulgação do mandato.

No entanto, de acordo com o cientista político, embora possa ser positivo para cada deputado, isso prejudica a imagem do Parlamento como um todo. "Só faz com que a população veja o Legislativo como algo completamente descolado da realidade."

A situação fica ainda pior, de acordo com Braga, devido ao momento ruim da economia, que leva os governos a fazerem ajustes fiscais, aumentando impostos e tirando dinheiro da economia. "O Legislativo precisaria era fazer gastos para ter um corpo funcional mais qualificado, para aumentar a transparência, como vêm fazendo outras assembleias. Mas os deputados daqui, se aprovarem esse reajuste, estarão pensando pequeno novamente", avalia. **(RWG)**

"Os salários são significativamente mais altos no Parlamento do que no nosso setor, que paga em média R\$ 1,2 mil mensais."

Luciana Bechara,
diretora do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Curitiba.

GAZETA DO POVO

SEBASTIÃO VENTURA PEREIRA DA PAIXÃO JR.

O bom combate à corrupção

29 JUN 2015

A corrupção, além de uma questão moral, é um risco inarredável do jogo político real. Para combatermos eficazmente esse mal, temos de criar estruturas institucionais mais simples e eficazes, quebrar monopólios de decisão, abrir atos secretos de poder, criar incentivos de delação e impor mecanismos céleres de punição exemplar. Em sistemas políticos modernos, a corrupção está instalada em organizações criminosas complexas — de concatenações públicas e privadas —, com hábil e silenciosa mobilidade nas margens da lei, ganhando escala em países institucionalmente fracos e anacrônicos.

Sem cortinas, a democracia de massas e o desenvolvimento econômico das nações multiplicaram a arrecadação fiscal, transformando os governos em oásis trilionários de recursos pecuniários. Ora, é muito dinheiro, pouca fiscalização e raro espírito público. Tal combinação é politicamente explosiva e moralmente desastrosa, ou seja, o risco da ilicitude é extremamente alto. Moral da história: o voto democrático pode eleger governos indecentes que, para escusos fins pessoais, acabam por subjugar a soberania popular a seus incontroláveis desideratos criminosos.

Com o foro da impunidade, os sistemas corruptos se estabilizam em uma situação de equilíbrio, beneficiando pontuais setores da elite política e econômica, prejudicando, assim, a concorrência do livre mercado e a paridade de armas na democracia. Para quebrar a inércia delitiva, faz-se imperativo um fato desencadeador que atinja o núcleo do esquema delitivo, capturando algumas cabeças da engrenagem corrupta. Trata-se da aplicação da estratégia do *frying a few big fishes*, na qual o enquadramento daqueles que se achavam acima da lei vem a criar um momento proativo de elevação institucional do país.

Nesse contexto, a Operação Lava Jato poderá ser um ponto de inflexão importante no bom combate à entranhada corrupção brasileira. Para tanto, é fundamental o engajamento da sociedade civil na luta por um país mais digno, justo e decente. Não basta apenas votar de dois em dois anos. É preciso ser, diariamente, um bom cidadão. E o bom cidadão é aquele que não cala diante do desmando estabelecido, que participa ativamente das discussões políticas e faz do virtuoso exemplo pessoal uma forma de multiplicação dos valores morais que devem presidir a vida em sociedade.

O atual momento do Brasil, embora frustrante ao cidadão de bem, é uma etapa obrigatória de nossa caminhada civilizatória. A democracia é um processo político que se aprimora na prática. Nem sempre é fácil. E é justamente por isso que a luta pela liberdade se revela recompensadora, pois é no esforço e na superação da dificuldade que o espírito humano encontra a paz do dever cumprido. A hora é de fé, trabalho e confiança no futuro. Afinal, quando o povo quer, a política acaba querendo.

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.,
advogado, é especialista do Instituto Millenium.

GAZETA DO POVO

PAULO BRIGUET

Oro por Moro

29 JUN 2015

Finalmente assisti ao filme *A felicidade não se compra*, de Frank Capra, recomendado por um querido casal de amigos. O clássico natalino de 1946, estrelado por James Stewart, fala sobre a diferença que algumas pessoas fazem no mundo.

Dias atrás confessei aos amigos que rezo pelo ex-presidente Lula. Com exceção de uns poucos comentários negativos, entre eles o de uma Maria do Rosário de sinal trocado, as pessoas compreenderam o que eu quis dizer. A oração pelos inimigos, recomendada pelo próprio Jesus no Sermão da Montanha, não é uma forma de ceder ao mal, mas de reagir contra ele de modo qualitativamente diferente. Quem não entender isso, desculpe, mas não entendeu o cristianismo. Ninguém disse que seria fácil.

Hoje, no entanto, é preciso rezar por Sérgio Moro. O juiz federal responsável pela Operação Lava Jato vem sendo atacado com ainda mais violência pela trupe de militantes virtuais do PT. O motivo desse recrudescimento, todos sabem, foi a prisão dos diretores de duas empreiteiras muito ligadas a Lula, especialmente em negócios com a cleptocracia internacional. Já há blogueiros escrevendo abertamente em tom de ameaça contra a vida de Moro.

Em *A felicidade não se compra*, o principal personagem, George Bailey, atravessa um período de sérias dificuldades financeiras e está a um passo de ver a sua vida ruir. Pressionado pelos acontecimentos negativos, ele chega a dizer, a exemplo do personagem bíblico Jó: “Melhor seria se eu não tivesse nascido” (Camões

tem um soneto que expressa ideia semelhante: “O dia em que nasci moura e pereça...”).

Nesse momento de desespero, o anjo da guarda de George Bailey tem uma ideia brilhante. Resolve mostrar a seu protegido como seria o mundo sem ele. Podemos fazer o mesmo exercício e imaginar como seria o Brasil sem a atuação do juiz federal Sérgio Moro e sua equipe no combate à corrupção. Ouso dizer que estaríamos hegemonicamente dominados por organizações nas quais não se sabe onde começa o crime e termina a política. Como afirmou Diogo Mainardi, Curitiba hoje é a capital moral do Brasil — graças a Moro.

No país em que morreram Celso Daniel e mais oito pessoas relacionadas ao caso, é preciso zelar não só pela vida de Sérgio Moro, mas pela de todos os seus colaboradores. O exemplo do procurador argentino Alberto Nisman, morto um dia antes de denunciar um governo bolivariano como o nosso, está aí para nos alertar sobre o ponto a que podemos chegar. Rezemos por Sérgio Moro. Mas não nos limitemos à oração. É importante lembrar a recomendação bíblica: “Orai e vigiai”.

29 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Tribunal federal nega pedido de liberdade para Marcelo Odebrecht

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região rejeitou pedido dos advogados do presidente do grupo Odebrecht, Marcelo Odebrecht, para livrá-lo da prisão. Preso no dia 19 pela Polícia Federal, ele é investigado por suspeita de envolvimento no escândalo da Lava Jato. Para o desembargador federal João Pedro Gebran Neto, relator do habeas corpus, há indícios fortes da participação do empresário no esquema de corrupção. "Como presidente do grupo Odebrecht, o paciente teria plena ciência do que ocorria no âmbito de contratações da Petrobras", escreveu o magistrado, reafirmando a decisão do juiz federal Sergio Moro, que conduz os processos no Paraná. Na avaliação do desembargador, as provas encontradas até agora indicam que Odebrecht "não somente anuiu com a conduta ilícita como também dela se beneficiou".

29 JUN 2015

GAZETA DO POVO

Idade penal será votada nesta terça

Presidente da Câmara quer concluir a votação da PEC ainda nesta semana. Redução valeria apenas para crimes hediondos

| Da Redação

A votação da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos é o principal assunto da semana na Câmara dos Deputados. O presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), marcou o início da votação da proposta de emen-

da à Constituição (PEC 171/93) que trata do tema para esta terça-feira (30). As informações são da Agência Brasil. Cunha disse que a PEC da maioridade penal é o único item da pauta. De acordo com ele, se a votação não acabar na terça-feira, ela continua na quarta, na quinta, até acabar.

A PEC teve sua admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara sob forte pressão de movimento sociais contrários à medida. Na comissão especial encarregada de apreciar o mérito da proposta, os deputados contrários à redução da maioridade penal protestaram durante a tramitação da PEC, com o argumento de que não se deve mexer na

Constituição para reduzir a maioridade. Esse parlamentares concordaram em alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para modificar as penas para menores infratores.

Os defensores da redução da maioridade, maioria na comissão, pressionaram e conseguiram aprovar o parecer apresentado pelo relator, deputado Laerte Bessa (PR-DF). A proposta foi aprovada na comissão por 21 votos a 6, após alterações no texto do relator.

Para conseguir o apoio e os votos para aprovação, Bessa aceitou a redução da maioridade apenas para casos de crimes hediondos (como estupro e latrocínio), lesão corporal grave e roubo qualificado.

29 JUN 2015

GAZETA DO POVO



**CONVITE | PALESTRA
PLANOS DE SAÚDE NOS TRIBUNAIS
30 DE JUNHO | TERÇA-FEIRA | ÀS 19H**

Local: Hotel Mercure Sete de Setembro
Av. Sete de Setembro, 5368
Batel | Curitiba / PR

Com mais de 15 anos de experiência na área de direito à saúde, a advogada Renata Vilhena Silva esclarecerá os principais assuntos que preocupam os consumidores de planos de saúde:

- Reajustes abusivos por faixa etária e sinistralidade
- Negativas de medicamentos e tratamentos
- Direitos e proteção dos idosos
- Sistema Nacional Unimed

Palestra gratuita. Vagas limitadas. Confirme sua presença:
(11) 3256.1283 | vilhenasilva@vilhenasilva.com.br

Conheça o Vilhena Silva: www.vilhenasilva.com.br | [vilhenasilvaadvocados](https://www.facebook.com/vilhenasilvaadvocados)



em defesa do
DIREITO
À SAÚDE

VilhenaSilva
ADVOCADOS

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Mutirão para garantir direitos

Iniciativa faz parte do projeto Justiça no Bairro;
meta é proporcionar conciliações

66

Essas perícias não seriam realizadas e os processos ficariam parados. Então é tudo de bom”

Hatael Souza
Reportagem Local

Em maio do ano ano passado, o auxiliar de serviços gerais Victor Guilherme da Silva, de 20 anos, de Jataizinho (Região Metropolitana de Londrina), sofreu um acidente de moto quando ia para o trabalho. Teve uma lesão séria no joelho direito. As dores fazem parte da rotina dele até hoje. Por conta disso, ficou um mês sem trabalhar e, sem receber, viu as dívidas crescerem. A primeira parcela do DPVAT, seguro obrigatório contra Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ajudou a pagar um pouco delas, mas a segunda parte à qual ele julgava ter direito, parou na Justiça. Mas ontem ele respirou aliviado. Vai receber o dinheiro e terminar de quitar as dívidas. “Na época, achamos que não era o valor exato e entramos com um novo processo. Agora deu tudo certo e vou pegar o que ficou pra trás.”

O acordo que Victor Silva comemorou só aconteceu antes do previsto graças ao evento Justiça no Bairro Sesc Cidadão, que começou ontem e

termina hoje no campus da Unopar (próximo ao shopping Catuaí), em Londrina. O evento é voltado para a população economicamente vulnerável e tem como objetivo proporcionar a conciliação por meio de audiências prévias em inúmeras áreas do direito, bem como audiências de conciliação de processos em trâmite na Vara de Família.

“Temos três etapas. Hoje (ontem) tivemos as audiências que estão em trâmite no Fórum de Londrina. Temos desde perícias de DPVAT às mais complexas, como de erro médico”, explicou a desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, Joeci Machado Camargo.

Na programação de hoje, além da continuação do atendimento previamente agendado, o projeto atenderá ainda à demanda reprimida na área consensual (para pessoas que nunca tiveram acesso à Justiça), com a presença das partes envolvidas, com a imediata solução para moradores de Londrina e região. Os atendi-

mentos serão nas áreas de divórcio, alimentos (pensão alimentícia), guarda e responsabilidade, reconhecimento de paternidade e de maternidade, reconhecimento de união estável ou dissolução, DNA, retificação de registro civil e interdição judicial.

A desembargadora lembrou que o projeto ajuda a desonerar a Justiça. “Temos aqui 1.280 audiências que estão sendo realizadas em dois dias. Essas perícias não seriam realizadas e os processos ficariam parados. Então é tudo de bom, é 100% de sucesso”, ressaltou. “Em mais de 50% conseguimos obter conciliação, isso vai para arquivo e as partes saem satisfeitas. As demais também saem satisfeitas porque o processo também já vai para a sentença. Há uma resolução”, completou.

CONTINUA

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O entregador Cícero Aparecido da Silva foi um dos que deixou o local satisfeito com a ação. "Foi ótimo. Já havia recebido a primeira parcela, mas a segunda ainda estava na Justiça. E com o evento conseguimos agilizar. Daqui a 30 dias vou conseguir receber", contou o rapaz, que sofreu um acidente de moto há dois anos e desde então brigava para conseguir receber o seguro DPVAT.

O evento é aberto a qualquer pessoa que deseja uma orientação nas áreas contempladas no projeto. A organização do evento salienta a importância dos participantes levarem comprovante de renda, já que alguns serviços somente serão disponibilizados para a população com renda máxima de até três salários mínimos, comprovante de endereço e documentação pessoal específica para cada serviço pretendido.

Hoje, o atendimento começa às 8 horas. Informações podem ser obtidas no telefone (43) 3305-7802 - Unidade Sesc Londrina.

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Youssef vai colaborar com investigações do MP estadual

Colaborador na Lava Jato, doleiro londrinense se dispôs a ajudar em apurações feitas no Estado pelos promotores paranaenses, como no caso Copel/Olvepar

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – O doleiro Alberto Youssef, um dos principais personagens da Operação Lava Jato, também vai prestar esclarecimentos ao Ministério Público do Paraná (MPPR) na sede da Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, onde o londrinense está preso desde março do ano passado.

Ele se dispôs a colaborar com os promotores em relação ao caso Copel/Olvepar (esquema que teria desviado cerca de R\$ 84,6 milhões de dinheiro público estadual em 2002) e também em investigações mais recentes desencadeadas pelo órgão no Paraná. A informação foi confirmada pelo advogado do doleiro, Antônio Figueiredo Basto. “Existe esta investigação antiga sobre a Copel/Olvepar e, se o Youssef puder contribuir, vai contribuir, ele vai ajudar no que for possível”, afirmou o defensor.

A princípio Youssef foi ouvido em apenas uma oitiva informal na última quinta-feira, e concordou em fornecer novos detalhes sobre a manobra fraudulenta que desviou milhões da Copel

Esquema teria desviado cerca de R\$ 84,6 milhões dos cofres públicos

nos últimos meses do governo Jaime Lerner. Esta primeira reunião também foi acompanhada por procuradores do Ministério Público Federal (MPF). Além disso, o doleiro deve ser ouvido em outras investigações do MP estadual, entretanto, Basto disse que não pode comentar o assunto. “Ele (Youssef) também vai falar sobre fatos mais recentes, outras frentes que estão sendo apuradas pelo MP, mas não posso falar porque são sigilosos”, completou o advogado.

O Ministério Público propôs ação contra os envolvidos no caso Copel/Olvepar, em 2002, mas até hoje ela não foi julgada em primeira instância. Os sete denunciados à Justiça foram o doleiro Alberto Youssef; o ex-secretário da Fazenda e ex-presidente da Copel Ingo Hübert; o advogado da massa falida da Olvepar, Antonio Carlos

Brasil Fioravante Pieruccini; o representante empresarial Luiz Sérgio da Silva; o ex-diretor da Copel Mário Bertoni; e os funcionários da estatal César Antônio Bordin, André Grocheveski Neto e Sérgio Luiz Molinari.

Além de Youssef, Pieruccini também é réu em um dos processos da Operação Lava Jato. Segundo o MPF, ele estaria envolvido na operação montada pelo doleiro para operar empresas de fachada e movimentar recursos oriundos de desvios de obras da Petrobras. Ele é acusado pelos promotores de lavar dinheiro em favor do doleiro na construção de um edifício residencial em Curitiba. A acusação de lavagem foi incluída em uma ação relacionada a supostos desvios da Petrobras envolvendo a empreiteira Mendes Junior.

CONTINUA

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

COPEL/OLVEPAR

Segundo as investigações do MP, Youssef e outras seis pessoas estão envolvidas na operação que desviou milhões da Copel, no ano de 2002. Numa manobra fraudulenta, o governo paranaense teria comprado créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da empresa Óleos Vegetais do Paraná (Olvepar), que já estava falida na época da negociação.

A estatal teria comprado R\$ 45 milhões em créditos de ICMS pelo valor de R\$ 39,6 milhões, ou seja, somando o valor desembolsado pela Copel com o que a Olvepar deixou de pagar em ICMS ao Estado, o prejuízo chegou a R\$ 84,6 milhões. Em 2000 o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) havia negado o pedido feito pela Olvepar para receber a devolução de créditos do ICMS referentes à exportação de farelo de soja e óleo de soja, entretanto, de acordo com o MP, mesmo assim, o governo fechou negociação com a empresa dois anos depois.

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Ex-servidores da Codel e empresários são acusados de improbidade

Lorlang Comelij

Reportagem Local

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público ajuizou no último dia 19 ação por improbidade administrativa contra dois ex-servidores da Companhia de Desenvolvimento de Londrina (Codel) e dois particulares envolvidos em suposto esquema de cobrança de propina para agilizar doação de terrenos municipais a cinco empresas da cidade. Os donos e suas respectivas empresas também são requeridos na ação, distribuída à 2ª Vara da Fazenda Pública.

O promotor Renato de Lima Castro narra seis fatos que teriam configurado improbidade – basicamente seria a entrega de vantagem indevida aos ex-servidores Eduardo Reale e José Hilário, que seriam auxiliados pela enfermeira Eliana Teixeira Zamboni (que se apresentava como corretora de imóveis) e por Ana Lúcia Soares, secretária de um dos empresários.

Os empresários que teriam pago propina, conforme a ação do Ministério Público, são Dorival Pereira, da Artlondre Indústria e Comércio de Artefatos; Adriano Palacio Bezerra (Ativa Displays Ind. e Com. de Arame); Albertino da Silva (Castofar Móveis); Luiz Carlos Schiavon (S.M Usinagem Garcia); e Taís Gois Cogo (Cartonagem Vision Embalagens de Papel).

Os valores pagos efetivamente vão de R\$ 200 a R\$ 3 mil, embora a vantagem solicitada tenha sido maior, de acordo com a ação. O MP pede a devolução dos recursos, aplicação de multa civil, condenação em danos morais, além de outras sanções da Lei de Improbidade, como suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público.

Os servidores, Eliana e Ana Lúcia e Dorival Pereira são réus em ação penal que tramita na 4ª Vara Criminal desde fevereiro do ano passado. No final de 2013, Reale, Eliana e Dorival chegaram a ser presos cautelarmente em razão de pedido formulado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Em agosto do ano passado, após conclusão de procedimento administrativo disciplinar que confirmou a participação Hilário e de Reale nas irregularidades, a Codel demitiu por justa causa o primeiro. Reale afastado da função desde que foi preso, está em auxílio-doença e, nesta condição, não pode ser demitido.

O advogado de Hilário, Dely Dias das Neves, disse que desconhece a nova ação, mas, quanto ao processo criminal, afirmou que está chegando ao final e, até agora, não há provas contra seu cliente. “Se antes havia indícios, agora, com

a oitiva das testemunhas, ficou claro que os indícios não se confirmaram, que não há provas de participação dele.”

Os advogados de Reale, Ana Lúcia e Eliana não foram localizados ontem. A reportagem também deixou recado nas empresas dos outros cinco requeridos, mas ninguém deu retorno à solicitação de entrevista. (Colaborou Edson Ferreira)

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz determina que Google e Facebook tirem do ar imagens do corpo de cantor

Carol Prado

Folhapress

São Paulo - Em decisão liminar, o juiz William Fabian, da 3ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia, determinou que Google e Facebook tirem do ar todas as imagens do sertanejo Cristiano Araújo feitas após sua morte, na última quarta-feira. Um vídeo da preparação do corpo do cantor para o funeral, gravado na clínica Oeste, especializada em tanatopraxia (técnica de conservação de cadáveres), circulou na internet. Fotos também vazaram na web.

Na liminar, o juiz pede a remoção de "todos os arquivos com conteúdo relacionado à imagem do cantor após o seu óbito, nos procedimentos de autópsia e preparação de corpo, bem como imagens e vídeos feitos no local do acidente expondo a imagem dos corpos". Caso descumpram a ordem, as empresas podem ser condenadas a multa diária de R\$ 10 mil. Cabe recurso à decisão.

A ação que pede a remoção das imagens da web foi movida pelo escritório do sertanejo, o CA Produções Artísticas. "A publicação das imagens de necrópsia e da preparação de cadáver, ocorrida concomitantemente ao velório e sepultamento do cantor (...), além

de revelar inquietante morbidez, apresenta-se extremamente desrespeitosa ao sentimento de luto das famílias dos vitimados no trágico acidente que ceifou-lhes as vidas, ferindo frontalmente o direito constitucional da intimidade", disse o juiz na decisão.

Procurado, o Google informou que "ainda não foi formalmente intimado, razão pela qual não pode se pronunciar". O Facebook não respondeu a solicitação até o fechamento da reportagem.

INDICIAMENTO

Os dois funcionários que aparecem no vídeo da preparação do corpo de Cristiano serão indiciados, informou ontem a Polícia Civil de Goiás. Os suspeitos, que não tiveram os nomes divulgados, foram ouvidos pelo delegado Eli José de Oliveira, do 4º Distrito Policial. Os envolvidos vão responder por vilipêndio a cadáver, crime que consiste em "profanar, desrespeitar ou ultrajar" um corpo. Se condenados, os funcionários podem pegar pena de até três anos, que pode ser convertida em punição alternativa. A clínica Oeste demitiu os empregados.

A Range Rover que capotou na rodovia BR-153, em Goiás, matando o sertanejo Cristiano Araújo e sua namorada não tinha rodas originais de

fábrica no momento do acidente, segundo concluiu a polícia. O veículo passou por perícia nesta semana e os dados obtidos foram comparados com informações de um revendedor da Land Rover em Goiás.

27 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Acareações na CPI são remarçadas

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras remarcou ontem as datas para as acareações entre os envolvidos na Operação Lava Jato, em Brasília. Os procedimentos seriam realizados a partir da próxima semana, entretanto, precisaram ser modificados em virtude de audiências já marcadas na Justiça Federal do Paraná em que os réus convocados pela CPI não participar. A fase de acareações é aguardada pelos membros da Comissão porque será uma forma de colocar os acusados frente a frente e comparar versões.

Encontro entre Youssef e Costa

A acareação entre o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, foi adiada para o dia 6 de agosto. Já o encontro entre o ex-diretor de Serviços da estatal Renato Duque e o ex-gerente da área Pedro Barusco foi remarcado para o dia 8 de julho. No dia seguinte, Barusco será ouvido novamente, desta vez com outro réu: o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. Youssef, Duque e Vaccari seguem presos em Curitiba; o doleiro na carceragem da Polícia Federal, e os outros dois no Complexo Médico Penal (CMP), em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

Corrupção

A sexta-feira foi quente ontem em Foz do Iguaçu. O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) da cidade do oeste paranaense começou a manhã cumprindo mandados de busca e apreensão nas secretarias municipais da Fazenda e de Tecnologia de Informação. Ao todo, a 1ª Vara Criminal expediu 15 mandados com objetivo de coletar documentos relacionados a supostos crimes contra a administração pública. O Gaeco investiga possíveis crimes de organização criminosa, corrupção e falsificação de documentos (especialmente para transferência fraudulenta de imóveis). É a terceira etapa de operação deflagrada em 13 de maio, quando se cumpriram 15 mandados de busca e apreensão na sede de um escritório de advocacia e em um cartório de registro de notas. Em 20 de maio, outros quatro mandados também foram cumpridos.

OPINIÃO DO LEITOR

Prende e solta

Esse ministro do STJ, Sebastião Reis Júnior, deveria melhor se posicionar e não atuar como um laxante, libertando os investigados na roubalheira da Receita Estadual do Paraná. Existem determinados casos de corrupção e outros crimes tão explícitos que todos os detidos deveriam ser considerados culpados até prova em contrário e não o inverso.

LUIZ ALBERICO PIOTTO (servidor público) - Cambé

28 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Reajuste a servidores do TJPR e MP na agenda da AL

Os projetos de reajuste dos servidores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e do Ministério Público (MP) já estão na Assembleia Legislativa e devem começar a ser votados na próxima semana. E, diferentemente do que aconteceu com os servidores do Executivo, as propostas preveem reposição imediata da inflação de 8,17%, com pagamento retroativo a maio.

Aumentos desiguais

Na semana passada os deputados estaduais rejeitaram por 27 votos a 20, um recurso da bancada de oposição que pedia a votação de emenda propondo reajuste salarial de 8,17% para os servidores do Estado. Com isso, a proposta de aumento de 3,45% a ser pago em outubro, relativo à inflação de maio a dezembro de 2014 foi aprovada. Além dos 3,45% em outubro, o projeto do Executivo prevê outro reajuste de 8,5% referente à estimativa de inflação para 2015 seriam pagos em janeiro de 2016. E em janeiro de 2017, além da reposição da inflação de 2016 medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), os servidores teriam outros 1% de aumento – para recompor as perdas pelo parcelamento dos reajustes anteriores.

28 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Novo juiz vai decidir

libertação de executivos

O mérito dos pedidos de libertação dos executivos da Odebrecht e da Andrade Gutierrez será relatado por um magistrado menos alinhado com o juiz Sérgio Moro do que o titular até agora. A partir desta segunda, o juiz federal Nivaldo Brunoni substituirá o desembargador João Pedro Gebran Neto na 8ª turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Caberá ao substituto relatar o mérito dos pedidos de habeas corpus (HCs) formulados pelos presidentes dos grupos Odebrecht, Marcelo Odebrecht, e Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo, presos desde o último dia 19 quando foi deflagrada a fase Erga Omnes da Operação Lava Jato.

De férias

Gebran, que sairá de férias por um mês, é o magistrado que concentrou os julgamentos de liminares e, como relator dos julgamentos de mérito dos habeas corpus na 8ª turma Tribunal Regional da 4ª Região, opôs-se a praticamente todos os pedidos de liberdade de réus e investigados na Lava Jato. Ex-promotor de Justiça e ex-corregedor do TRF-4, Brunoni é tido por advogados criminalistas do Paraná como independente. O magistrado ficou conhecido em 2005, quando foi um dos sete juizes federais do Paraná que acusaram o desembargador Dirceu de Almeida Soares de interceder por advogados e seus clientes, pressionando pela concessão de sentenças favoráveis. Na época, Brunoni atuava em Curitiba quando recebeu um pedido de liminar em favor da filha do próprio desembargador. Em 2007, O Superior Tribunal de Justiça afastou Soares.

THIAGO NASSIF

Direito Securitário

A Comissão de Direito Securitário da OAB Paraná realiza, na terça-feira, a sexta edição de seu seminário. Desta vez, o evento terá como cenário o auditório da sede da subseção de Maringá. A abertura ficará por conta do presidente da subseção, Airton Molina, e pelo presidente da Comissão de Direito Securitário, Reinaldo Mirico Aronis. Os palestrantes serão o juiz de direito Abelar Baptista Pereira Filho, o advogado Wanderlei de Paula Barreto e o gerente jurídico Gutemberg Resende Viana, que explicará a "Judicialização do contrato de seguros". A ideia de expandir o evento para o interior deu-se pela grande adesão de advogados que compareceram às edições anteriores.

28 JUN 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Sem bússola

Cada vez mais fica nítido que o governador desconhece a sua obra, o governo. Já no primeiro mandato essa sensação era dominante quando, por exemplo, um grupo de policiais encapuzados, sindicalistas de oposição, invadiu a tal mansão, supostamente protegida, na qual se praticava jogos e lenocínio. Ficou ali visível num setor sensível como esse dentre os que mais investiu com alto reforço nos quadros militares e civis esse desligamento da autoridade. Aliás a sucessão de nomes e estilos diferentes convocados para a pasta é também sinal de insegurança e perplexidade e num certo momento tivemos um membro do MP estadual, Cid Vasques, em confronto aberto com o Gaeco que felizmente pela sensibilidade da instituição (Procuradoria da Justiça) deu a vitória a esse braço estratégico da corporação nas assembleias internas.

Como o governador ignorava a história da mansão, que na sequência derrubaria um dos ocupantes da Diretoria da Polícia Civil, também estava inteiramente por fora dos desmandos de delegados, denunciados em reportagem, que usavam carro oficial até para ir ao bordel. Como sequência disso tivemos dois jornalistas que praticamente se viram obrigados à proteção especial como "exilados" e na mesma direção o absurdo da convocação de repórteres para que entregassem seus possíveis informantes. Da mesma forma que prometeu ir fundo naquele atentado à liberdade de imprensa declara-se hoje o maior interessado em saber o que o Gaeco vem apurando na operação "Publicano".

A contenção natural

Uma autoridade, que se respeita, não precisa recorrer às bravatas, como fazia Requião para gerar intimidação interna: sua presença e seriedade são suficientes para isso e é ela que leva à contenção dos agentes que o cercam.

O governador não pode ser um abúlico, um desinteressado nas questões de Estado e de cada setor específico sob sua suposta orientação. Em pouco tempo se soube dos desvios de origem fiscal detectados pelo Gaeco. Ora a pasta, hoje entregue a um especialista em ajuste fiscal, não pode ser tão vulnerável à prática de desvios sistêmicos. Por sinal que isso é inaceitável em tempo de crise, recessão, vacas magras e não se pode admitir que justamente o setor de fiscalização, que afinal responderá pela recuperação, esteja minado pela fraude e a corrupção.

Pessoas ligadas ao governador pelas imagens - como a do companheiro de saga automobilística apontado como designado pelo parente distante, Luiz Abi Antoun, no comando da quadrilha de auditores - revelam que a intimidade não é razão imposta para inibição e isso o coloca mal perante a opinião pública diante do distanciamento olímpico dessas pessoas nas regras mínimas de deontologia. Não se ouve uma frase dura de condenação aos malfeitos, como se um travo de inibição o contivesse. Aliás, no episódio Ezequias - aquele que punha a mão no salário da sogra fantasma - tentou colocar a lealdade ao assistente como valor maior do que a contestação da fraude. E chegou a invadir área da teologia quando veio com a teoria de que se deve punir o pecado, não o pecador quando tenta ensinar o padre a rezar missa e faz da homilia alvo dos repentinos da inspiração política.

Poder econômico, da excelência à insolência

A Constituição dá boas-vindas ao poder econômico, é certo, mas também quer vê-lo pelas costas. Aqui, pelo parágrafo 9.º do artigo 14. Ali, pelo parágrafo único do artigo 170. Explico as duas contrapostas vontades normativas.

No parágrafo único do artigo 170, o que está unido e sacramentado é o senhorio da atividade econômica pelos particulares. Eles é que são investidos no direito de organizar os fatores da produção, com o objetivo de lucro. Para tanto não precisam da autorização do poder público, salvo nos casos previstos em lei. Mas a lei apenas a dizer que atividade negocial ou produtiva exige tal consentimento. Não a lei a dizer que atividade econômica pode ou não pode ser objeto de exercício privado. Somente a Constituição é que tem essa força de pré-excluir de protagonização particular um determinado ramo de produção ou exploração mercantil. Como faz, por ilustração, com o monopólio estatal do petróleo, do gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Bem, a Constituição reserva aos particulares o senhorio ou a titularidade do que ela chama de "atividade econômica" porque se rende ao fato de que os particulares é que têm vocação para esse tipo de mister. Eles é que entendem do riscado. Nasceram para isso. Têm *feeling*, talento, jeito, gosto, disposição, tino, enfim, para produzir bens, prestar serviços, intermediar negócios e coisas do gênero. Empreendedores, enxergam oportunidades de ganhos lícitos até na Cochinchina ou nos

Sua participação em eleições significa arrebanhar votos pela compra de consciências

cafundós do judas. Corajosos, empregam seus capitais, levantam empréstimos, arregimentam sócios e entram de cabeça na realização de um sonho que bem pode conciliar do modo mais otimizado os fatores da produção em si (capital, natureza, trabalho, tecnologia...) e contribuir tanto para os cofres do Estado quanto para a sustentabilidade ambiental, a expansão das vagas de emprego compensador e o respeito aos direitos do consumidor. Além do fortalecimento do mercado interno, pois assim exige o artigo constitucional de n.º 219.

Agora vem o contraponto. A Constituição vê na "influência do poder econômico" um elemento de perturbação a quatro bens jurídicos: a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, a normalidade e a legitimidade das eleições populares (parágrafo 9.º do artigo 14, *remarco*). Influência que eu interpreto como participação. Interferência. Uso. Simples protagonização. Não influência como excesso, não influência como descomedimento, ou preponderância, ou abuso, pois de "abuso" o mesmo preceito falou foi quanto ao "exercício de função, cargo ou emprego na administração direta e indireta".

Fez bem o Magno Texto? Há fortes razões para esse chegar-lá no poder econômico, em matéria eleitoral? Respondo que sim. O poder econômico é

todo um aparato de capital. Toda uma capilarizada arquitetura empresarial de patrimônio, dinheiro, consciência de classe, prestígio social e político. Não por acaso chamado assim normativamente de "poder", porque o típico do poder é instaurar relações verticais ou de autoridade. "Manda quem pode, obedece quem tem juízo" é o dito popular de sempre. Por isso a presunção constitucional absoluta de que permitir ao poder econômico participação no processo eleitoral é desequilibrar a competição em que toda eleição popular consiste. Desequilibrar em favor dos candidatos, partidos políticos e coligações partidárias empresarialmente financiados. O que também significa arrebanhar votos pela compra de consciências, ora ostensivamente, ora camufladamente, ora subliminarmente.

Não que o empresário esteja proibido de se lançar candidato em eleições populares. Não é isso. Mas é preciso entender a diferença entre participar como cidadão e participar como agente econômico em tema de eleição popular. O cidadão não deixa de ser cidadão por se tornar empresário. Prossegue com sua particular maneira de conceber e praticar a vida pública, inclusive na perspectiva da prevalência de uma ordem jurídica favorecedora da vocação e dos modos de agir de quem se profissionaliza como agente econômico. Pelo que, mesmo desse ângulo peculiarmente classista, desfruta de todo o direito de votar, de eventualmente candidatar-se a cargo eletivo e de participar proativamente de cada pleito.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O que não quer a Constituição é que ele o faça enquanto empresário mesmo, porque, aí, já o fará com todo o aparato de poder que é próprio da sua empresa e até mesmo da sua classe. Da sua estrutura de dominação ou de desequilibradora influência material. Do capital enquanto polo contraposto ao do trabalho, ao do consumidor, ao do cidadão comum. Apartando-se de todos esses polos contrapostos pelo plus do seu poderio empresarial e aparato corporativo de influência quase sempre decisiva no resultado da disputa eleitoral. Entendida como influência econômica, portanto, a ação que transporte o cidadão para os domínios do capital enquanto signo de força corporativo-produtivo-patrimonial-pecuniária. Força elementarmente favorecida e por isso mesmo fortemente propensa à rendição do corpo de eleitores dessa ou daquela circunscrição.

Concluo reafirmando que a lógica perpassante do referido parágrafo 9.º do artigo 14 me parece esta: admitir o financiamento empresarial de candidatos e partidos é favorecer o próprio somatório do poder econômico e do poder político. É facilitar a formação da parceria que mais historicamente degrada a representação política, nos marcos de uma democracia que se pretenda autêntica: a temível parceria que tem redundado em voluntarismo, prepotência, fisiologismo, cooptação, fraude, cartelização, corrupção sistêmica, sub-representação. Daí que toda cautela jurídica seja pouca. Toda *rédeca curta* se faça interpretativamente necessária, porque essa é a vontade objetiva da Constituição. Pena de se viabilizar a adoção de mecanismos que, na prática, serão o modo mais eficaz de tornar ineficaz a Constituição mesma. Pena de se transitar de uma ordem econômica de excelência para um regime de financiamento empresarial de insolência.

28 JUN 2015

28 JUN 2015

O ESTADO DE S. PAULO

TJ cassa liminar contra rolezinho em shopping

O Tribunal de Justiça de São Paulo cassou liminar dada ao São Bernardo Plaza Shopping que proibia o ingresso de adolescentes desacompanhados do responsável legal das 18 às 22 horas, nas sextas-feiras e nos domingos, nos próximos 90 dias. O tribunal acolheu pedido do Ministério Público Estadual. A proibição havia sido pedida pelo shopping, que temia dois rolezinhos: o "Encontro dos Amigos" e o "Aglomerado de Jovens e Adolescentes Invasores Desconhecidos".

29 JUN 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Deputados votam na terça a PEC da maioria penal



Ainda dividida sobre o assunto, a Câmara se prepara para votar, nesta terça-feira (30), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioria penal dos atuais 18 para 16 anos. A discussão sobre o tema se arrasta há 22 anos no Congresso, mas ainda está longe do consenso.

Sem a possibilidade de entendimento quanto ao mérito da mudança, o pre-

sidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), já avisou que não votará qualquer outra proposição antes de concluir a análise, em primeiro turno, da PEC da Maioria Penal. A aprovação do texto depende do apoio de 308 dos 513 deputados. Caso isso ocorra, a proposta terá de passar por nova análise antes de ser enviada ao Senado.

Não há unanimidade sobre o assunto nem

mesmo entre as bancadas favoráveis à proposta, como o PSDB, o DEM e o PMDB. Líderes desses partidos admitem que as dissidências internas devem chegar a 20% de suas representações. Outros 13 partidos já sinalizaram que votarão maciçamente a favor da PEC. Reunidas, as bancadas que devem votar a favor da mudança na maioria penal têm 289 deputados. ●

Justiça nega liberdade a Marcelo Odebrecht

A Justiça Federal negou o pedido de liberdade feito pela defesa de Marcelo Odebrecht, presidente da maior empreiteira do país. Ele foi preso preventivamente durante a 14ª fase da Operação Lava Jato. O recurso foi analisado pelo Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4), com sede em Porto Alegre.

A defesa de Odebrecht havia entrado com o pedido de habeas corpus na última quinta-feira, 25, alegando que não existiam indícios contra o executivo e que a decisão do juiz federal Sérgio Moro, que determinou a prisão, era "ilegal" e "vazia". ●

26 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ – Médico condenado por matar mulher não consegue anular perícia

O desembargador convocado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Leopoldo de Arruda Raposo negou pedido feito pela defesa do médico Luiz Henrique Semeghini, que pretendia anular uma perícia e retirar do processo o laudo respectivo. Semeghini foi condenado à pena de 16 anos e quatro meses de reclusão sob a acusação de ter matado a tiros sua mulher, Simone Maldonado, em outubro de 2000.

A defesa entrou com o habeas corpus no STJ depois que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) indeferiu a liminar pedida em outro habeas corpus, cujo objetivo também é o reconhecimento da ilicitude da perícia. Segundo a defesa de Semeghini, a íntegra da prova do crime não teria sido preservada pela polícia, o que ofenderia as garantias da ampla defesa e da paridade de armas.

Afirmou também que a acusação teria se beneficiado

com a perícia, pois só teriam sido colhidos vestígios para dar suporte à tese de homicídio qualificado por uso de recurso que dificultou a defesa da vítima.

SUPRESSÃO

Na decisão, o desembargador convocado afirmou que não ficou caracterizada nenhuma ilegalidade flagrante, capaz de superar a aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar em habeas corpus impetrado na instância anterior.

Além disso, Leopoldo de Arruda Raposo destacou que a análise das questões levantadas perante o TJSP e reiteradas no STJ acarretaria indevida supressão de instância, pois elas ainda serão examinadas pela corte estadual no julgamento do mérito do habeas corpus ali impetrado.

STF - Julgada procedente Reclamação por ofensa a SV sobre aposentadoria especial de servidor

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), julgou procedente a Reclamação (RCL) 21008 para determinar que o Município de Paraguaçu (MG) analise o pedido de aposentadoria especial de um servidor público, levando em consideração as normas do regime geral de previdência social. O relator entendeu que, no caso, ficou evidenciada afronta à Súmula Vinculante 33, do STF.

Na ação, o servidor questiona ato do prefeito de Paraguaçu que indeferiu, sob a justificativa de inexistência de amparo legal, requerimento administrativo de concessão de aposentadoria especial em virtude da submissão a condições prejudiciais à saúde.

De acordo com os autos, o servidor público municipal alega que ocupa a posição de bioquímico desde 1988, exercendo função em condição insalubre há 30 anos, mesmo antes da admissão no atual cargo. Sustenta que o ato do Executivo municipal desres-

peita o enunciado da Súmula Vinculante 33, do STF, que tem o seguinte teor: aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral de previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

Para o relator da reclamação, ministro Marco Aurélio, a alegação do servidor público é relevante, uma vez que o fundamento único utilizado para o indeferimento do pedido foi a falta da legislação a viabilizar o atendimento do pleito. "O quadro retratado implica o desrespeito ao contido no Verbete Vinculante 33 do Supremo, no que proclamada, com eficácia vinculante, a incidência das regras atinentes ao regime geral de previdência social em benefício do servidor público, enquanto perdurar a inércia legislativa, relativamente à concessão da aposentadoria especial", afirmou o ministro ao julgar procedente o pedido.

26 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ – Suspensas ações coletivas contra corte de internet em celular pré-pago da Oi

O ministro Moura Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), suspendeu o andamento de ações coletivas propostas contra a operadora Oi Móvel S/A que discutem o fornecimento de internet móvel após o esgotamento da franquia de dados contratada no sistema pré-pago.

A decisão foi tomada em conflito de competência suscitado pela empresa. Em seu despacho, o ministro esclareceu que o que está em discussão nesse processo não é o suposto direito da operadora de bloquear a internet após o fim da franquia, mas apenas o juízo competente para julgar as ações.

De acordo com a Oi, já foram propostas pelo menos 15 ações coletivas em juízos diferentes, de vários estados do país, contra ela própria e também contra as operadoras

Vivo, Tim e Claro.

LIBERALIDADE

Nessas ações, as entidades de defesa do consumidor sustentam que as operadoras modificaram indevidamente os contratos quando passaram a bloquear a internet ao término da franquia, razão pela qual pediram a concessão de medidas urgentes para manter a conexão, ainda que com velocidade reduzida, como ocorria antes. Segundo as empresas, o que houve foi o fim de promoções ou de liberalidade concedida aos usuários.

A Oi informou que, em 11 das ações propostas, foram concedidas liminares para determinar a continuidade do serviço, sob pena de multa diária, e que seis dessas liminares foram suspensas em segunda instância.

26 JUN 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça bloqueia bens de prefeita e ex-prefeito por contratação irregular

O Juízo da Vara Cível de Marmeleiro decretou a indisponibilidade dos bens da atual prefeita de Flor da Serra do Sul, no Sudoeste paranaense, e de seu antecessor, por haverem firmado e mantido contrato irregular com escritório de advocacia para prestação de assistência jurídica ao Município.

A decisão decorre de ação civil

pública proposta pela Promotoria de Justiça de Marmeleiro contra os dois gestores municipais, o escritório de advocacia, seus dois sócios e uma advogada que emitiu um parecer favorável à licitação irregular que deu origem à contratação. A advogada trabalhava, na época, para o mesmo escritório que venceu a licitação.

MP/PR - Tribunal acolhe pedido para a cassação imediata de vereador

A Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo (PRE-SP) obteve a cassação do vereador Dorival Braga, de Porto Ferreira (SP), um ano e meio após essa decisão ter sido tomada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP). Em dois pedidos ao TRE-SP, o procurador regional eleitoral em São Paulo, André de Carvalho Ramos, sustentou que a cassação poderia ser efetivada imediatamente, pois o vereador havia esgotado todas as

possibilidades de recursos no Tribunal Superior Eleitoral.

Eleito em 2012, Dorival Braga foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) em razão da prática de ato doloso de improbidade administrativa, logo depois do registro da candidatura, o que levou o Ministério Público Eleitoral a ajuizar recurso contra expedição de diploma do então vereador eleito, por encontrar-se inelegível.

TRF4 - Negado habeas corpus preventivo impetrado por cidadão em favor de Lula

O desembargador federal João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), responsável por julgar processos da Operação Lava Jato, indeferiu hoje (25/6) habeas corpus preventivo impetrado em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem (24/6), às 16h20min, nesta corte.

O habeas foi ajuizado pelo consultor Maurício Ramos Thomaz, de Campinas (SP), com o objetivo de proteger o ex-presidente. Conforme o autor, Lula estaria na iminência de ser preso preventivamente, o que seria, conforme a petição, "coação ilegal".

Segundo o desembargador, "não existe qualquer fundamento legal para a pretensão". Para Gebran, o "autor popular não traz qualquer informação concreta sobre aquilo que imagina ser uma ameaça ao direito de ir e vir do paciente".

"Cuida-se apenas de aventura jurídica que em nada

contribui para o presente momento, talvez prejudicando e expondo o próprio ex-presidente, vez que o remédio constitucional (habeas corpus preventivo) foi proposto à sua revelia", avaliou o magistrado.

O desembargador negou seguimento ao habeas corpus. Gebran frisou que o autor usou em sua petição notícias de jornais, revistas e portais de informação, que "não servem como fundamento".

O magistrado finaliza a decisão declarando que a petição será enviada ao Ministério Público Federal "para adoção de providências cabíveis", tendo em vista que o autor usou linguagem "imprópria, vulgar e chula, inclusive ofendendo a honra de várias pessoas nominadas na inicial".

Thomaz refere-se ao juiz Sérgio Moro com expressões como "hitleriano", definindo o magistrado como "moralmente deficiente". Refere ainda que Moro teria "fraudado a sentença de Nestor Cerveró".